
Inclusão do Aluno Surdo na Educação Profissional: a importância da interação entre o intérprete de libras e os demais atuantes no processo de ensino do Curso Técnico da Escola Estadual Leopoldino Rocha em Itapemirim-ES

Renato Cesar Figliuzzi¹
Washington Romão Dos Santos²
Kênia Cristina Tinelli Guimarães³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar a importância do intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras – no processo de ensino-aprendizagem e inclusão do aluno surdo, bem como, a necessidade de envolvimento com os professores e gestores da escola, para que este aprendizado chegue de forma correta ao aluno surdo. Os dados foram coletados através de questionários com professores, intérprete de Libras e coordenação da escola no curso técnico de Administração da EEEFM Leopoldino Rocha no município de Itapemirim - ES. Notou-se dificuldade, nos alunos, em entender os termos técnicos dentro de sala de aula. Portanto, o intérprete de Libras necessita participar do planejamento de aula dos professores, bem como o corpo gestor da escola deve se aproximar das práticas necessárias para a inclusão deste aluno. Os professores necessitam de formação específica em Libras para dialogar melhor com o intérprete e juntos oferecerem uma educação mais inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Intérprete de Libras. Aluno surdo. Inclusão. EPT.

INTRODUÇÃO

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) revelam que 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. As pessoas com deficiência auditiva representam 1,1% da população brasileira e esse tipo de deficiência foi a única que apresentou resultados estatisticamente diferenciados por cor ou raça, sendo mais comum em pessoas brancas (1,4%) do que em negros (0,9%). Cerca de 0,9% dos brasileiros ficou surdo em decorrência de alguma doença ou acidente e 0,2% nasceu surdo. Do total de deficientes auditivos, 21% têm grau intenso ou muito intenso de limitações, que compromete atividades habituais. Tais

¹ Pós-graduando em Educação Profissional e Tecnológica. Ifes campus Colatina. E-mail: rfigliuzzi@globocom.

² Orientador Ifes campus Colatina. E-mail: washington_romao@hotmail.com

³ Coorientadora. Ifes campus Colatina. Email: keniatinelli@gmail.com

números não podem ser negligenciados, pois são expressivos e, além disso, deve-se discutir o direito de acesso à escola, inclusive das crianças, adolescentes, jovens e adultos que possuem algum tipo de deficiência. Deixar de garantir o acesso à educação significa privar esses brasileiros de exercerem sua capacidade plena na sociedade, visto que eles necessitam de liberdade de escolhas e valorização de suas características pessoais, o que nos desafia sempre a buscar reconhecimento de seus valores.

Dentro de uma concepção educativa, a inclusão de surdos no ensino regular vem ganhando mais evidência nos últimos anos, pois a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a educação para os alunos com necessidades especiais deve ser ofertada pelo Estado, que deve garantir atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede de ensino oficial (BRASIL, 1988, p. 35). Nesse sentido, o decreto 5.626/05 (2005, p. 6) foi criado para garantir o direito do aluno com surdez de possuir um intérprete que o acompanhe no ambiente escolar, o que estimulou instituições de ensino a criarem cursos para formação de professores e contratarem intérpretes para atender à demanda dos alunos surdos no ensino regular.

Cabe ressaltar que o aluno surdo está amparado legalmente para frequentar a escola e necessita conviver com seus pares ouvintes de forma a adquirir conhecimentos para seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Dessa forma, a atuação adequada do intérprete com o professor, traduzindo para o aluno surdo os significados dos conteúdos expostos, pode corroborar com uma educação de melhor qualidade e mais inclusiva.

Considerando a relação entre a escola e a inclusão, decidiu-se pesquisar sobre o processo de inclusão dos alunos surdos no curso técnico em Administração da EEEFM Leopoldino Rocha, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo (SEDU/ES), tendo como principal foco a atuação do intérprete de Libras no processo de inclusão do aluno com algum grau de surdez e a necessidade de integração entre os professores e esses profissionais.

É importante destacar que esta pesquisa foi motivada especialmente porque o autor atuou, durante três anos, como professor da educação profissional na instituição pesquisada e o seu contato com o aluno surdo aconteceu no seu segundo ano de atuação. No contexto da sala de aula, a partir deste relacionamento com o aluno surdo, surgiram questionamentos diversos a respeito de sua condição de

aprendiz, inclusive pela percepção de que o aluno possuía grande dificuldade em entender termos técnicos, tão recorrentes nas disciplinas técnicas da educação profissional. Tal fato o impulsionou tanto como professor quanto aluno da Pós-graduação em EPT, a problematizar esta questão e a realizar uma pesquisa abordando esta temática, o que o levou a conversar com a pedagoga da escola onde o estudo foi realizado.

Como dito anteriormente, a partir de sua experiência como professor, pode perceber a dificuldade do aluno surdo em entender alguns termos técnicos como, por exemplo, paradigmas, concorrência, rivalidade, dentre outros. Tal fato adiciona um desafio ao trabalho do intérprete de Libras, que atua como mediador entre a linguagem de sinais e a linguagem falada. Entretanto, nem sempre o intérprete tem conhecimentos suficientes para transmitir determinados termos técnicos específicos, visto que cada curso técnico possui disciplinas com 'jargões especializados', e o intérprete nem sempre domina adequadamente todos os termos quando faz a tradução simultânea, o que evidencia a necessidade de capacitação específica e maior interação com o professor da disciplina para que a inclusão seja efetiva, com substancial rendimento e aproveitamento desses alunos, além de fomentar a interação entre ouvintes e não ouvintes.

Faz-se necessária uma compreensão da forma como os alunos surdos aprendem e se comunicam com o mundo, pois o surdo possui uma linguagem própria, que difere da linguagem usada pelos ouvintes (VARGAS; GOBARA, 2014). Dessa forma, utilizar a nossa concepção de linguagem para ensinar um aluno surdo significa desconsiderar suas particularidades e sua percepção de mundo, assim a atuação do intérprete ou do professor com conhecimentos na linguagem de sinais é de suma importância para o pleno desenvolvimento dos alunos com algum grau de surdez (DORZIAT; ARAÚJO, 2012).

O surdo deve ser visto não como diferente, mas como uma pessoa que possui o próprio jeito de se expressar e, dentro desse contexto, ensiná-lo significa encontrar o seu modo de aprender para entendê-lo. Portanto, é preciso entender como ocorre a assimilação dos termos técnicos tão comuns na EPT e como esse entendimento das expressões pode afetar o seu desenvolvimento no curso.

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é mostrar como o aperfeiçoamento voltado aos termos técnicos e as peculiaridades da EPT oferecido previamente aos

intérpretes de Libras e a maior integração dos docentes com o intérprete podem ajudar na melhoria da compreensão do conteúdo pelo aluno surdo e maior rendimento e aproveitamento nas disciplinas técnicas.

A pesquisa analisou as melhorias que podem ser inseridas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos em um curso técnico em Administração a partir da proposta de aperfeiçoamento do intérprete de Libras e da integração de conteúdos. Para atingir esse objetivo, a pesquisa avaliou como ocorre a correta assimilação dos conteúdos no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos no curso técnico em Administração da escola pesquisada. Foram aplicados questionários qualitativos para levantar opiniões dos sujeitos envolvidos na pesquisa, permitindo ter uma visão sobre o entendimento do problema, ou seja, a atuação do intérprete de Libras e a visão dos alunos e da Escola.

Com as informações coletadas junto à escola, seus docentes, intérpretes de Libras, estudantes e coordenação foi possível propor sugestões de melhoria para o problema apresentado. Dentre essas, apresenta-se a proposta de aperfeiçoamento técnico do intérprete de Libras e uma maior integração deste profissional com o corpo docente técnico. Outra sugestão apresentada é o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos surdos na EPT no local pesquisado. Dessa forma, pretendeu-se, com este estudo, averiguar e propor soluções sobre como garantir que o Intérprete de Libras transmita de forma adequada e compreensiva ao aluno surdo os termos técnicos e as peculiaridades da EPT no curso técnico em Administração. Portanto, diante do exposto, pretendeu-se responder ao seguinte questionamento: como garantir que o Intérprete de Libras transmita de forma adequada e compreensiva ao aluno surdo os termos técnicos e as peculiaridades da EPT no curso técnico em Administração?

Inclusão do aluno com surdez

O grande marco para a inclusão de pessoas com deficiência na educação foi a Declaração de Salamanca, 1994, onde os países interessados começaram o desenvolvimento de políticas voltadas à inclusão de alunos com necessidades especiais. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996, no que diz respeito à Educação Profissional de alunos

especiais, em seu Art. 59º, nos diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (...)
(...) IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade (...) (BRASIL, 1996).

A surdez é considerada como uma incapacidade de audição, ou seja, ausência, perda ou diminuição considerável do sentido da audição. Pode ser causada por diferentes fatores como idade, ruídos, doenças, intoxicações, traumas físicos, etc. Para diagnosticar a severidade do prejuízo auditivo é utilizada a medida em decibéis, e categorizada em suave, moderada, moderadamente severa ou profunda. A surdez também pode ser definida em três pontos de vista: ponto de vista médico, educacional ou cultural (AFONSO, 2007). De acordo com o decreto nº 5.626, artigo 2º:

[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005).

O surdo, por ser uma pessoa que tem sua própria concepção de linguagem, nos apresenta singularidades que devem ser consideradas. Como não é ouvinte, utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar e apreender o mundo, necessitando de pessoas especializadas para mediar esse processo. O intérprete de Libras, profissão regulamentada através da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, é o profissional habilitado para oferecer o apoio necessário ao estudante surdo e fornecer diversas possibilidades para transmissão da linguagem do português para Libras.

A relação existente entre o surdo e o seu intérprete precisa fluir de maneira harmônica, estabelecendo uma parceria entre o aluno e aquele que o ensina. Traduzir corretamente nossa linguagem falada facilita a compreensão e o entendimento dos conteúdos ministrados. A importância dessa fundamentação faz da relação professor-intérprete-aluno surdo uma relação de cumplicidade e confiança, havendo, assim, uma necessidade de estabelecimento de determinadas prerrogativas para a inclusão deste aluno.

Devido às políticas governamentais de inclusão na educação, as escolas têm recebido um contingente de pessoas surdas para adaptação e atendimento especial juntamente com turmas de educação regular. Dentro desse contexto, temos em sala de aula alunos surdos que precisam de uma educação digna para ser incluídos no convívio social e também alunos sem esse tipo de deficiência que precisam aprender a interagir com seu colega que apresenta algum nível de surdez. Através de ações específicas tais como: salas especiais, trabalhos coletivos, técnicas de aprendizado específico, dentre outras, para o aluno surdo, procura-se determinar alguns entraves relativos ao seu aprendizado e, a partir desse ponto, buscar alternativas para trabalhar as soluções de melhorias bem como trazer esse aluno para o ambiente escolar, consolidando seus estudos e sua inclusão. É imperativo que todas as ações enunciadas acima possibilitem seu engajamento dentro de nossas escolas com efeito prático para sua educação.

Trazer nossas experiências para estes alunos e trabalhar algum tipo de ação para o seu benefício é gerar conhecimento e cidadania a crianças, adolescentes e jovens que, muitas vezes, são negligenciados. Os professores, bem como todo o corpo técnico da escola, devem se empenhar para inserir o aluno com deficiência na sociedade, criando um sujeito capaz de desenvolver competências e habilidades que permitam seu pleno desenvolvimento, seja na educação básica ou na EPT, visto que em qualquer modalidade de ensino a inclusão se faz necessária. Necessita-se olhar o aluno surdo em uma ótica voltada para sua posição na sociedade, além de ser fundamental entender sua vida na comunidade e trazer esta vivência para o meio escolar. Para que esta inclusão se efetive não devemos nos concentrar apenas na legislação que dá garantias a estes alunos, pois não é somente através destas que eles serão incluídos. Sobre esta questão, Espote, Serralha e Comim (2013, p.79) afirmam que:

[...] não se pode entender que apenas a criação de leis seja eficaz para promover as mudanças. O principal ponto a ser modificado é a visão simplificadora que se tem de todo o processo. Desse modo, devem ser considerados os alunos com suas limitações e suas capacidades muitas vezes não completamente exploradas, a família desses alunos e os professores envolvidos.

Diante disso, devemos argumentar sobre a necessidade de um envolvimento maior de todos que trabalham com estes alunos e transcender os nossos limites dentro da escola é imprescindível para que esta inclusão ocorra plenamente.

Segundo Machado (2010, p. 48), “os Estudos Surdos em Educação propõem duvidar, constantemente, dos poderes, dos saberes arraigados na prática educacional dos surdos, que ainda produzem e sustentam o fracasso ao condicioná-lo como um mal necessário.” Antes de tudo, o aluno surdo tem sua própria forma de se expressar, visto que possui uma concepção própria para compreender a linguagem; assim, é preciso considerar essa particularidade para auxiliá-lo no processo de apreensão do conhecimento.

Hoje temos inserido na EPT o aluno surdo, que se comunica através de uma percepção visual. Percebe-se que tanto os educadores como os gestores estão mais preocupados com esse aluno, que necessita de um acompanhamento melhor na medida em que o intérprete de Libras não consiga traduzir de forma real e significativa o conteúdo transmitido pelo professor. Desta forma, nas aulas, o professor não deve se preocupar apenas em ensinar os conteúdos a este aluno, mas entender como seu raciocínio e sua percepção funcionam. Além disso, Santos e Costa (2013, p. 242) nos mostram que os surdos “lutam dia a dia para que sua cultura seja inserida no contexto social, respeitada e entendida com todas as suas peculiaridades”.

Assim, o surdo é visto como uma pessoa que possui necessidades auditivas e que se comunica pela Língua Brasileira de Sinais, necessitando de um intérprete para se comunicar com seus pares ouvintes, e também de educadores conscientes de seu papel na escola. Destaca-se que o aluno surdo, através de aptidões adquiridas no decorrer do tempo, desenvolve suas habilidades às vezes não entendidas pelos ouvintes, traduzindo uma nova forma de educação que vem sendo inserido de forma regular e periódica nas escolas.

O aluno surdo necessita da integração entre os professores, intérpretes e gestores na escola. Através da compreensão dos professores, intérpretes e gestores de seu entendimento da linguagem podemos realmente transmitir credibilidade ao que ensinamos. Não podemos acreditar que estes alunos, dentro da EPT, sejam simplesmente aceitos em sala de aula e não aprendam. Faz-se necessário este esforço coletivo para que os resultados sejam benéficos.

No contexto da EPT, o desenvolvimento de habilidades técnicas é uma consequência do que os professores ensinam em sala de aula e este desenvolvimento se faz necessário a todos os alunos sem restrição, inclusive os

alunos surdos que possuem os mesmos direitos que os ouvintes. Em relação aos termos técnicos, tão recorrentes na Educação Profissional, espera-se que estes sejam explorados e assimilados corretamente para produzir meios de entendimento da disciplina a estes alunos. Fazer com que a assimilação destes alunos seja melhor contribuirá para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Hoje o mercado de trabalho para o aluno surdo encontra-se, com raras exceções, muito fechado. Devem-se definir métodos de inserção nesse mercado e o curso técnico é uma abertura para qualificação desse aluno surdo. Além disso, Medeiros et al. (2011, p. 209) nos diz que “É fundamental encontrar caminhos para que os trabalhadores possam questionar a lógica de exploração capitalista e mudá-la”. Essa exploração capitalista se deve em muito pelo preconceito de alguns em relação ao deficiente. Entende-se que esses alunos poderão, através da construção de uma educação voltada ao entendimento de suas próprias possibilidades, seguir novos rumos, mudando essa exploração e exercendo sua cidadania no convívio social e no trabalho.

Diante do exposto, trazer novas possibilidades de aceitação dentro da sociedade, do trabalho, da família, dentre outros, significa possibilitar maiores ganhos e independência ao aluno surdo ou com algum grau de deficiência. A EPT deve seguir caminhos de inserção e compreensão dos novos horizontes que se irão conquistar. O desenvolvimento pessoal dos alunos surdos facilita sua inclusão social e amplia a possibilidade de inserção profissional através de qualificação específica e acesso à educação profissional. Observa-se o esforço dos professores em desenvolver o papel de promotor e facilitador da inclusão dos alunos com algum grau de deficiência, sobretudo dos alunos surdos, permitindo que possam apreender conhecimento e desenvolver suas potencialidades (MEDEIROS et al, 2011).

A interação do intérprete de libras no curso técnico

O intérprete de Libras é o elo entre o professor e o aluno surdo. Essa profissão é regulamentada, desde 2010, pela Lei nº 12.319 e é extremamente importante em sala de aula, visto que acolhe o aluno surdo e faz a mediação entre o professor e os conhecimentos ensinados em sala de aula. O intérprete aprende e ensina através da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) que é como o surdo

aprende o português e pode ser compreendido pelo ouvinte. Dessa forma, a Libras é reconhecida como forma legal de comunicação pela Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, e corresponde a uma linguagem feita com as mãos através de sinais peculiares para cada mensagem. O intérprete tem a responsabilidade de transmitir os ensinamentos do professor em sala de aula para o aluno surdo, além de traduzir as indagações deste aluno ao professor, porém o intérprete não participa do planejamento da aula, pois não é remunerado para tal. Fato este constatado na oficina realizada durante a realização deste trabalho, através do próprio depoimento do intérprete de Libras.

Esta parceria entre professor e intérprete deve existir, pois facilita em muito o desenvolvimento da aula bem como o aprendizado em sala de aula. Dentro desse quadro se desenvolve a vida acadêmica do surdo. Não obstante, esse intérprete deve possuir características de professor e também de aluno, pois ele deve compreender os ensinamentos do professor para ensinar ao aluno surdo, tornando-se, assim, não um mero tradutor, mas um professor auxiliar que tem como missão aprender e ensinar os conteúdos. Essa compreensão é necessária para que o processo de inclusão possa ser construído. Não só o intérprete deve passar os conteúdos, é necessário que o professor se qualifique em Libras para poder desenvolver sua aula e permitir maior integração entre os profissionais e, com isso, o aluno surdo tenha um atendimento adequado (OLIVEIRA; BENITE, 2015). Essa compreensão é necessária para que o processo de inclusão possa ser construído.

Sobre o processo de inclusão na escola, Lacerda (2006, p.167) afirma que:

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas.

Entende-se, diante do exposto, que a atuação do intérprete de Libras é fundamental para o aprendizado do aluno surdo, contribuindo para a inclusão deste aluno no ambiente escolar. Assim, se faz necessário conhecer melhor esta profissão e o seu profissional, bem como a sua qualificação. Além disso, é importante saber o que este profissional pensa de seu trabalho, inclusive sua opinião acerca da remuneração, ou seja, se esta condiz com sua importância, verificando os anseios que o intérprete espera de sua profissão em relação ao futuro. Transferir para o

aluno surdo os conteúdos específicos de cada disciplina exige qualificação desse profissional no entendimento das peculiaridades de cada aluno naquilo que concerne aos saberes dos surdos.

Além disso, a inclusão deste aluno também se dará mediante a compreensão de suas peculiaridades, que devem ser consideradas no processo ensino-aprendizagem, ou seja, deve-se considerar o seu modo de aprender. O aluno surdo não se comunica e não percebe a assimilação como os ouvintes, visto que sua comunicação ocorre de forma mais visual, por isso suas habilidades desenvolvem-se de maneira diferente daquelas do ouvinte, sendo esta forma de assimilação própria e pessoal do aluno surdo, que compreende a linguagem de seu modo. Imagine uma pessoa que se comunica por sinais e não ouve. Sua percepção da linguagem é outra, porque aprende a linguagem visualmente, utilizando, em muitos casos, a Libras para esta comunicação. Portanto, o intérprete tem um significado importantíssimo na inclusão, possuindo papel significativo na escola. Traduzir os conteúdos ministrados na aula para o aluno surdo e poder repassar suas dúvidas ao professor em muito contribui para a educação e inclusão deste aluno. Entender a Libras e nos render a ela é compreender o seu real valor.

Procedimentos metodológicos

Creswell (2010) defende que existem basicamente três abordagens de pesquisa: quantitativo, qualitativo ou misto. Nesta pesquisa foi utilizada abordagem qualitativa, pois foi a mais adequada, segundo seus objetivos, problema e métodos. Busca a realidade através da percepção dos sujeitos em relação ao assunto pesquisado e permite transmitir de modo diferente o aprendizado, bem como, por meio do levantamento de dados, tornar possível coletar e interpretar as percepções dos sujeitos envolvidos. Foi utilizada, ainda, coleta de dados via questionário com perguntas fechadas e abertas para identificar a percepção de todos os sujeitos envolvidos com a questão, ou seja, os professores, intérpretes de Libras e coordenação da escola.

A pesquisa foi realizada com 07 professores, 03 gestores e 01 intérprete, o que representa todos os profissionais da instituição que estão diretamente envolvidos com a inclusão de alunos surdos. Os dados foram coletados entre

novembro de 2015 e março de 2016 na escola EEEFM Leopoldino Rocha, no município de Itapemirim-ES.

A escola apresenta uma estrutura física capaz de atender aos alunos surdos, tendo em vista que possui uma sala exclusiva para que o surdo desenvolva atividades extras em períodos fora da sala de aula que não está sendo utilizada, pois os profissionais que deveriam estar trabalhando com os alunos surdos na sala não são remunerados para tal. Além disso, a escola possui dois laboratórios para desenvolver habilidades específicas: uma sala para o desenvolvimento de trabalhos manuais e um laboratório para o desenvolvimento de trabalhos específicos em Química e Física. Há, ainda, na instituição, dois intérpretes e um instrutor de Libras.

Justifica-se que a escola e o curso foram escolhidos pelo pesquisador por apresentar as condições favoráveis à realização da pesquisa, como a existência do intérprete de Libras e alunos com deficiência auditiva, no momento em que a pesquisa estava se configurando, permitindo que a problemática pudesse ser observada. Entretanto, apesar de a pesquisa ter se iniciado em 2015 com a aplicação de questionários, não foi possível realizá-la com alunos surdos, pois não houve matrícula de novos alunos surdos no curso pesquisado em 2016 e, mesmo tentando contato com os egressos, não foi possível a realização de uma entrevista.

Análise e resultados da pesquisa

Para analisar a percepção dos sujeitos envolvidos na inclusão dos alunos surdos foi aplicado um questionário aos professores, gestores e intérprete de Libras pertencentes ao corpo docente da escola e que atuaram no curso técnico em Administração da Escola Estadual Leopoldino Rocha em Itapemirim-ES. Foi questionado, a estes profissionais, sua formação em Língua Brasileira de Sinais, além de questionamentos acerca de sua atuação e experiência profissional com o aluno surdo, incluindo o método de avaliação de aprendizagem deste aluno.

Justifica-se, novamente, que não foi possível a entrevista com o aluno surdo, pois este é egresso do curso e o mesmo não foi encontrado para a realização da pesquisa. Além disso, é importante ressaltar que, mesmo sem conseguir realizar a entrevista com o referido aluno, o meu contato com ele ocorreu no ambiente escolar em períodos anteriores ao da pesquisa, o que gerou o interesse por esta pesquisa e

possibilitou minha percepção quanto às necessidades e dificuldades enfrentadas por este aluno para compreender os termos técnicos utilizados na aula. Mesmo diante de sua realidade questionável, nota-se uma relativa independência do aluno surdo.

Dentro desse contexto é que foi trabalhada a questão do aluno surdo para que suas habilidades demonstradas fossem aperfeiçoadas. Como os alunos surdos já não pertencem ao quadro discente da escola, esta pesquisa pode contribuir futuramente para a inclusão de outros alunos que irão cursar a educação profissional na instituição.

A seguir serão apresentados o perfil e as percepções dos entrevistados na pesquisa, iniciando com os gestores da escola, posteriormente o intérprete e finalmente os professores que foram entrevistados, a fim de entender melhor o problema levantado e posteriormente formular uma sugestão de intervenção para resolver ou minimizar o problema. Como dito anteriormente, não foi possível um contato com o aluno surdo durante o período de construção desta pesquisa.

Gestores da escola

Analisando o perfil das gestoras entrevistados, que foram 03, sendo 01 coordenadora, 01 pedagoga e 01 diretora, com idades variando entre 30 e 50 anos, é possível notar que os gestores demonstram conhecimento das relações pedagógicas na educação para os surdos existentes dentro da escola, pois dois deles possuem o curso específico na área de Libras. Sobre a atuação dos intérpretes de Libras em sala de aula e se estão preparados para atender de forma plena os alunos portadores de deficiência auditiva, uma gestora respondeu que:

O trabalho desenvolvido depende do profissional a serem avaliados, geralmente os intérpretes sabem o básico que lhes é fornecido nos cursos simples que a grande maioria opta para formação e titulação. No Ensino Fundamental I e II, o intérprete consegue atingir os objetivos, já na educação profissional há muito que ser desenvolvido, pois os termos técnicos são complexos e desconhecidos ao professor intérprete (GESTORA 1).

Como vemos, na modalidade da Educação Profissional, as gestoras admitiram que há, ainda, muito que ser desenvolvido, pois os termos técnicos são complexos e, muitas vezes, desconhecidos pelo intérprete de Libras. Diante disso, os dados levantados com as gestoras demonstram a necessidade de treinamento

específico para que o intérprete atue com alunos do curso técnico, pois a formação em Libras não oferece conhecimento suficiente para atuar na EPT e, normalmente, os intérpretes aprendem na prática, através de aplicativos em tablets e smartphones (Ver depoimento da Gestora 1 – página 15).

Sobre a inclusão do intérprete de Libras no planejamento de aula dos professores, todos reconheceram que, além de ser benéfico, pode aumentar os conhecimentos do professor em relação ao aluno surdo. Dessa forma, transferir para o aluno surdo o conhecimento exige qualificação constante e integração entre os profissionais. Sobre essa transferência Lacerda nos ensina:

A dificuldade maior está em oportunizar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes, e que professores e especialistas que participam da atividade escolar constituam uma equipe com tempo reservado para organização de atividades, trabalhando conjuntamente numa ação efetiva de proposição de atividades que atendam às necessidades de todos os alunos (LACERDA, 2006.p. 166 e 167).

Segundo o relato da gestora¹ considera-se que o planejamento das aulas feito conjuntamente com o intérprete impacta na qualidade da aula, representando em benefício para o aprendizado do aluno surdo. O grau de confiabilidade de o conteúdo ser melhor assimilado é superior ao conseguido sem esse planejamento conjunto. Na relação proposta de integração professor-intérprete, como participação no planejamento, existe o complicador de baixa remuneração recebida pelo intérprete que precisa ser equacionado.

Entre as gestoras entrevistadas existe um consenso em que o intérprete trabalhe o planejamento de aula com o professor. Além disso, quando perguntado sobre o treinamento dos intérpretes para atuarem na Educação Profissional as opiniões também foram convergentes:

Os cursos de preparação e formação de intérpretes em Libras não têm abordagem e vínculo com a educação profissional. Infelizmente e, quando estão na escola, estes profissionais aprendem na prática através do estudo ou com auxílio de aplicativos em tablets ou celulares que já tem disponíveis no mercado (Gestora 1).

Infelizmente os intérpretes não recebem treinamento específico para atuar nos cursos técnicos. O que é uma perda muito grande para nossos alunos (Gestora 2).

Infelizmente os intérpretes não recebem treinamento específico para atuar nos cursos técnicos. Acredito que muitos dos termos técnicos utilizados, os intérpretes não sabem como transmitir totalmente para os alunos, pois é uma perda muito grande para nossos alunos (Gestora3).

Diante do exposto, os relatos acima demonstram a preocupação com a falta de formação específica dos intérpretes e as implicações dessa falta de conhecimento, especialmente na transmissão dos termos técnicos aos alunos, evidenciando que esta questão precisa ser considerada no processo ensino-aprendizagem desses alunos.

Intérprete de Libras

Analisando o perfil do intérprete que tem idade variando entre 40 e 49 anos, do sexo feminino, casada e renda familiar entre R\$ 2.041,00 a R\$ 5.100,00, podemos constatar que ela possui formação de nível superior em Libras e especialização, dessa forma, relatou que se sente preparada para trabalhar com o aluno surdo, pois tem domínio da Língua Brasileira de Sinais e entende as necessidades do aluno surdo. Apesar disso, esta intérprete, que já atuou em curso técnico e demonstrou que dentre os problemas encontrados estava o não reconhecimento de sua natureza mediadora pelos professores, relatou que não recebeu treinamento específico para atuar no curso técnico, definindo sua atuação como precursora, pois procurava, através de exemplos da vida cotidiana, explicar os conteúdos ao aluno surdo. Além disso, acredita que dentro de uma política correta e profissional a inclusão do aluno surdo possa ser implementada com o planejamento conjunto entre o professor e o intérprete de Libras para melhorar o aprendizado do aluno surdo.

Portanto, essa profissional percebe que o intérprete deve passar os conteúdos, mas que é necessária a participação do professor para poder desenvolver sua aula e permitir maior integração entre os profissionais e, com isso, o aluno surdo tenha um atendimento adequado.

A questão da falta de um planejamento conjunto, da falta de um trabalho de equipe e de uma concepção mais clara do que signifique aceitar um aluno surdo em sala de aula também foi trazida pelas intérpretes. Elas se referem a tentar fazer o melhor possível num espaço adverso e cheio de dificuldades de relação, já que muitas vezes o professor não assume seu papel diante do aluno surdo, delegando funções a elas ou propondo atividades que não fazem qualquer sentido para este aluno.(LACERDA, 2006 p. 175).

Visto o que Lacerda (2006) nos ensina, percebe-se a necessidade de interação através de um planejamento conjunto e tentar fazer o melhor possível para

esse aluno, mesmo em um ambiente que dificulta a relação do intérprete com o professor. Diante do exposto, percebe-se que a intérprete concorda com as opiniões das gestoras em relação à importância do planejamento conjunto. Entretanto, na rede estadual de ensino no Espírito Santo, o intérprete não recebe nenhuma remuneração para fazer o planejamento das aulas. Fato que se torna contundente quando falamos de educação para deficientes auditivos, trazendo uma consequência grave para a inclusão do aluno surdo. O intérprete se torna um mero tradutor do que o professor ensina em sala de aula.

Foi perguntado à intérprete como ela vê a inclusão procurando colocar o aluno surdo dentro da comunidade onde vive. Ela relatou que a relação com o aluno surdo deve ser bem próxima e, se possível, dentro da comunidade onde ele vive, destacando a importância do profissional visitar a sua comunidade e fazer contato com as pessoas próximas e que conhecem estes alunos desde sua infância, buscando entender mais a realidade e contexto do aluno. Relatou, ainda, que trabalhar com este aluno em horários extraclasse seria uma ótima oportunidade para o aprendizado. Ressalta-se que poucas informações foram obtidas no questionário realizado com a intérprete, estas foram complementadas durante a realização da oficina de integração.

Professores

Em relação aos sete professores que participaram da pesquisa, constatou-se que eles trabalham na Educação Profissional com tempo médio de atuação de 05 anos e estão compreendidos na faixa etária entre 27 e 46 anos de idade, além disso, são em sua maioria, em número de 06, do sexo masculino, com Pós-graduação completa.

Foi questionado aos professores se eles se sentem preparados para trabalhar com alunos surdos. A maioria deles, 05 professores, que corresponde a 72% dos entrevistados, não se sentem capazes de trabalhar com o aluno surdo. Em relação à formação em Libras, o professor 1 relatou que:

O professor deve ter uma formação em LIBRAS para poder acompanhar o desenvolvimento do aluno, mesmo tendo um intérprete para auxiliá-lo. O professor que não tem um mínimo de conhecimento da língua de sinais não consegue trabalhar a diversidade plena de modo satisfatório com o aluno deficiente auditivo, e está fadado ao fracasso na missão de ensinar e o aluno de aprender.

Essa informação tem relação com o fato de não possuírem formação específica em Libras, nem experiência em trabalhar com aluno surdo, pois apenas um dos professores relata possuir essa formação.

Na avaliação do professor em relação à atuação do intérprete, constata-se uma deficiência de comunicação na relação professor-intérprete-aluno, pois, como a maioria, se sente indeciso quanto ao entendimento do aluno vislumbrando que não é possível saber se essa comunicação é transmitida pelo intérprete corretamente. Nesse sentido entende-se que não existe empatia, pois o intérprete preocupado com o aluno surdo não se coloca como mediador do processo por não se sentir seguro quanto ao conteúdo.

Foi questionado, ainda, aos professores se usavam recurso especial na avaliação do aluno surdo. A grande maioria dos professores respondeu que suas avaliações com os alunos surdos ocorrem da mesma forma que com os alunos ouvintes da educação profissional, com exceção de um professor que aplica sua avaliação com explicações através de imagens. Como o aluno surdo consegue assimilar melhor o conteúdo por imagens, este professor procura relacionar o conteúdo administrado com algumas imagens, pois estas possibilitam uma melhor compreensão do que está sendo abordado.

Uma das perguntas do questionário se referia à avaliação do professor quanto à aprendizagem do aluno surdo. Devido à natureza da pergunta se estimulava a resposta com opções que iam de insatisfatória até ótima na qual sugeria apenas uma opção de resposta. Na avaliação sobre a aprendizagem dos alunos surdos 03 deles responderam que foram boas, 02 regulares e 02 responderam que foi insatisfatória.

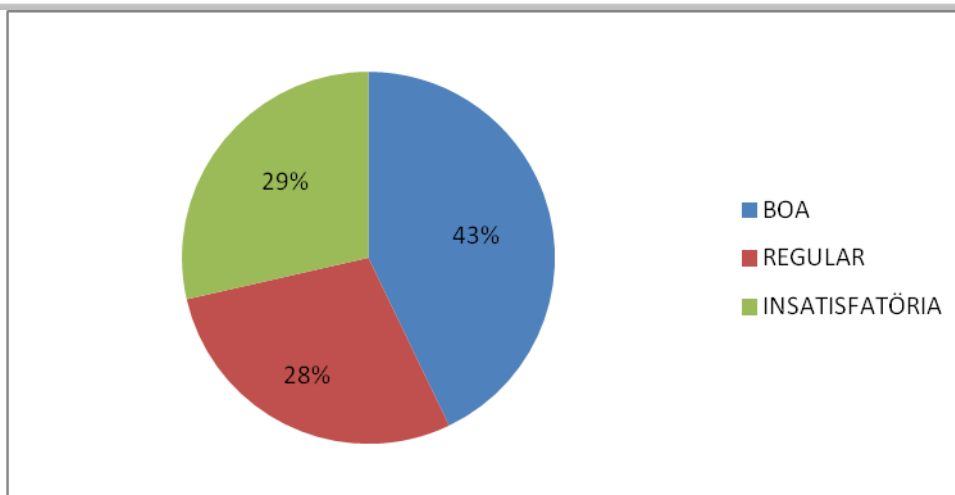


Gráfico 1 - Percepção dos professores sobre a aprendizagem do aluno surdo

Vimos pelo gráfico que as respostas são distintas, mas revelam certo equilíbrio nas quantidades, caracterizando, assim, um grau de dificuldade por parte dos professores em conseguir estabelecer uma paridade na sua percepção do aluno surdo. Essa pergunta não explicitava o porquê das respostas, portanto não podemos avaliar se os professores estavam conseguindo averiguar as necessidades do aluno surdo.

Finalmente sobre as sugestões de melhoria para o aprendizado do aluno surdo, 04 dos 07 professores entrevistados afirmam que deveriam capacitar os professores que trabalham com alunos surdos, e os demais não apresentaram sugestões ou não souberam opinar sobre o assunto. Retoma-se, aqui, a falta de formação em Libras dos professores entrevistados, visto que, de todos os 7 professores entrevistados, apenas um deles possui o curso, o que caracteriza que existe uma falta de preparação dos professores para atuarem com alunos surdos. Além disso, o único professor que possui o curso de Libras afirmou se sentir muito mais seguro para trabalhar com alunos surdos, e apresentou, como sugestão, uma aplicação maior de acompanhamento melhor deste aluno desde as séries iniciais, pois estes se projetam em séries mais avançadas apenas pela progressão sem critérios específicos para a mesma. Segundo o professor (...) “deveriam acabar com a progressão para alunos deficientes, pois muito avançam sem aprender os conteúdos”.

Dentre os 7 professores pesquisados 4 colocaram como sugestão para o processo de melhoria da inclusão ao aluno surdo a importância da qualificação dos

professores que forem atuar com alunos surdos. Com relação a sugestões de melhoria na relação entre professor, intérprete e alunos, 4 professores consideram essencial que o professor possua curso de Libras. A qualificação em se ter um curso em Libras para o professor não é exigida para a educação profissional no Espírito Santo. Ela é essencial devendo ser o mínimo uma capacitação em nível médio em Libras (curso de extensão). Deve-se investir em cursos de Libras para professores que trabalham com alunos surdos, faz-se necessária uma capacitação para ele.

Acredita-se que se faz necessária uma banca de seleção para os intérpretes, pois como dito, a inclusão de alunos surdos em classes “regulares” ocasionou uma demanda da atuação deste profissional nas escolas e, com isso, gerou a necessidade de aumentar os cargos de intérpretes, o que pode ter ocasionado uma má formação de muitos destes profissionais. A estrutura escolar voltada para o aluno surdo é importante, mas sem o intérprete ela não funciona. Nas escolas existe uma troca constante desses profissionais, o que pode provocar a falta de empatia do aluno com o intérprete, já que o mesmo só acompanha um aluno por sala.

Como sugerido, seria importante que o intérprete participasse do planejamento das aulas do professor, mas esse profissional não é remunerado para tal, como o professor. Todo profissional de educação profissional do curso técnico no estado do Espírito Santo contratados pela Secretaria de Educação recebem por horas trabalhadas, sendo que dentro dessas horas não está incluído o planejamento para o intérprete de Libras como o é para o professor. Existe pouco apoio para o profissional intérprete de Libras no âmbito governamental e para a inclusão deste aluno surdo na visão deste intérprete. Este aluno deve ser entendido em todo o seu desenvolvimento e não apenas na sala de aula aprendendo o conteúdo. Vimos essa necessidade pela falta de apoio ao profissional intérprete de Libras, pois tornando-o parte do processo de inclusão deste aluno surdo estamos evoluindo para que, por uma condição adequada, exista a possibilidade de haver planejamento conjunto entre o professor e o intérprete. Podemos considerar essa evolução de fundamental importância, pois se trata de proporcionar a educação adequada ao aluno, e não esperar que o profissional o faça ficando a mercê de sua responsabilidade.

Diante do exposto, a pesquisa com os professores revelou que é possível notar que grande parte dos respondentes apresentam dificuldades para trabalhar com alunos surdos ou com alguma deficiência auditiva. Além disso, a falta de

integração entre o intérprete de Libras e os professores geram limitações sérias no dia a dia das pessoas entrevistadas. Os dados mostram que sem planejamento conjunto entre intérprete e professores não evoluiremos nesse campo da inclusão. Os professores relataram haver necessidade de serem capacitados para trabalhar com o aluno surdo. Acredita-se na necessidade também de uma visão mais abrangente do aluno surdo como: saber seu grau de surdez, quais suas perspectivas em relação ao aprendizado, como ele convive dentro de sua família, dentre outros, para poder lhe proporcionar uma verdadeira educação.

Oficina de integração

Diante do problema levantado foi organizada uma oficina de integração na instituição pesquisada - EEEFM Leopoldino Rocha, em 09 de Março de 2016, com os seguintes representantes da escola: a diretora, a pedagoga, a intérprete de Libras, o professor na área de Direito do curso técnico, o professor na área de Informática do curso técnico e eu, professor de Administração do curso técnico em Administração.

Nessa oficina, de aproximadamente uma hora, discutiram-se os problemas relacionados ao aprendizado do aluno surdo em sala de aula, questões relacionadas à infraestrutura para atender esse aluno e, ao final, foram levantadas propostas de ações, algumas delas são: planejamento conjunto, hora extra para o aluno surdo, sala de adaptação aos ouvintes na escola funcionando, dentre outras com o objetivo de melhorar a atuação dos intérpretes e do corpo docente em sala de aula e, com isso, possibilitar uma maior integração do aluno surdo.

Nos primeiros quinze minutos considerou-se o problema do entendimento dos termos técnicos pelo aluno surdo, analisando causas, identificando opiniões e propondo soluções. Depois disso abriu-se discussão livre em grupos separados, onde cada participante expressava sua ideia em como resolver o problema. Nos trinta minutos finais coletamos as opiniões e discutimos as ações propostas a serem desenvolvidas no contexto de melhorias do aprendizado do aluno surdo. Através dessa oficina buscamos ações para que esta lacuna (problema) pudesse ser mais bem entendida e melhor disseminada na escola, através de ações de treinamento ao longo de ano.

Dentre os temas abordados, discutimos os problemas que prejudicam o aprendizado do aluno surdo tais como: característica própria de acordo com seu grau de surdez, ausência de suporte para esse aluno nos anos iniciais de sua vida escolar, para essa falta de apoio foram sugeridas algumas ações como: melhoria da comunicação entre as partes, maior integração, dentre outras dentro da escola. Foi constatado, ainda, que é necessário tempo para entender as características dos alunos surdos. Além disso, outras questões referentes à estrutura do ensino foram elencadas, dentre essas a falta de união dos intérpretes e a inexistência de lei específica que determine as atribuições do profissional intérprete que atua em escolas, ou seja, a falta de legislação que regule a profissão, como, por exemplo, a realização de avaliação desses intérpretes para saber se realmente estão capacitados para trabalhar com o aluno surdo.

Como já mencionado anteriormente, com as políticas de inclusão de alunos surdos na escola 'regular' houve uma busca de formação de intérpretes como uma forma de ganhos monetários. O profissional intérprete de Libras é regulamentado como já foi dito, mas não existe um conselho para fiscalizar esta profissão também o exame de proficiência instituído em lei não é feito tornando-a alvo de profissionais inescrupulosos na condução de sua profissão. Isso explica o fato de vários intérpretes estarem no mercado com uma formação de má qualidade. Um ponto interessante da discussão foi o fato da intérprete presente buscar nos exemplos da vida cotidiana uma forma de transmitir conhecimento ao aluno surdo. Nas escolas existe uma troca constante desses profissionais o que pode ocasionar falta de empatia do aluno com o intérprete já que o mesmo só acompanha um aluno por sala.

Na EPT o problema se acentua gerando dificuldade na compreensão de termos técnicos. Dentro de uma perspectiva regional os municípios, por estarem mais próximos do aluno, possuem uma estrutura melhor elaborada no atendimento ao aluno surdo do que as escolas estaduais, isso no contexto das escolas do estado do Espírito Santo. Este problema também foi levantado na oficina, havendo reconhecimento dos participantes sobre a importância da participação do intérprete de Libras no planejamento das aulas do professor, especialmente das disciplinas técnicas, mas constatou-se que esse profissional não é remunerado para tal, como o professor, o que gera um impasse nesta questão. Como forma de minimizar esse

impasse, foi sugerido que o intérprete utilize exemplos da vida diária para inserir os termos técnicos dentro da visão do aluno surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, a partir dos objetivos e problema definidos, identificamos o papel fundamental que o intérprete de Libras desempenha no processo de ensino-aprendizagem no contexto da Educação Profissional para promover a inclusão do aluno surdo, visto que este aluno apresenta dificuldades para compreender termos técnicos tão frequentes nos cursos técnicos. Considera-se que a falta deste entendimento está relacionada, inclusive, à dificuldade que o intérprete encontra para traduzir estes significados, o que evidencia a necessidade de propostas que repensem essa relação aluno-intérprete-professor. Tais propostas devem considerar a questão que norteou este trabalho, ou seja, a busca de ações que garantam que o intérprete de Libras transmita de forma adequada e compreensiva ao aluno surdo os termos técnicos e as peculiaridades da EPT no curso técnico em Administração.

Vê-se que as necessidades do aluno surdo vão além de meras traduções dos conteúdos administrados pelo professor o que reforça a importância da participação deste profissional no planejamento das aulas dos professores. No entanto, percebe-se um impasse que vai além da organização da escola: o intérprete de Libras só é remunerado para o acompanhamento do aluno em sala de aula, o que inviabiliza sua participação no planejamento de aula dos professores. Portanto, esta questão deixa a reflexão sobre a atuação deste profissional em sala de aula, principalmente se ele desconhece o conteúdo que o professor irá passar ao aluno, o que poderá gerar dúvidas no professor se a transmissão da aula está sendo passada de forma adequada. Temos como exemplo o profissional que participou desta pesquisa que usa de exemplos da vida cotidiana para poder explicar os conteúdos administrados em sala de aula.

Constatou-se, ainda, através da coleta de dados, que a maior parte dos professores entrevistados não se sente preparado para atuar em sala de aula com aluno deficiente auditivo. Além disso, desses profissionais que relataram dificuldade em lidar com alunos surdos, nenhum deles possui curso de Libras. Em contrapartida, o professor que disse possuir curso específico de Libras afirmou ter

condições de receber adequadamente ou sem grandes problemas alunos com essa deficiência. Tais dados demonstram a importância de qualificação específica dos professores e demais profissionais que atuam na educação inclusiva, reforçando a ideia de qualificação profissional e integração entre professores, intérpretes e coordenação da escola para oferecer uma inclusão efetiva, como visto nas afirmações de Espote, Serralha e Comim (2013).

De acordo com nossa pesquisa ficou claro a intenção de uma educação inclusiva para os alunos surdos na medida de melhor entendimento dos termos técnicos tão comuns na EPT. Para tanto, reconhece-se o intérprete de Libras como elo entre professor e aluno surdo e a necessidade de se conhecer a realidade do aluno surdo. Buscou-se, portanto, demonstrar alguns caminhos possíveis para que este problema seja amenizado.

As políticas voltadas para a inclusão de alunos surdos necessitam de revisão, principalmente nas considerações acerca dos profissionais que atuam mais diretamente com estes alunos. Considerar como a comunidade influencia diretamente para a inclusão é extremamente eficaz para o fim da obscuridade que está sujeito o surdo. Ou seja, entender como este aluno se desenvolve na sua comunidade e como isto pode influenciar seu aprendizado. Hoje a inclusão deste aluno, apesar da legislação a respeito e todos os direitos adquiridos, se dá pela perseverança de alguns profissionais e sua dedicação aos alunos. Profissionalizar o corpo docente e remunerar adequadamente esses profissionais iria contribuir para algumas mudanças no rumo desta inclusão.

Além disso, trabalhar o aluno surdo integralmente trazendo-o para a escola em horários extraclasse é fundamental. Definir interações dentro de uma política pedagógica escolar voltada para o aluno surdo também traduz uma realidade que nos parece relevante. Através de análises em observações diárias do aluno surdo, em pesquisas teóricas sobre o assunto e em interações dentro da escola buscar-se-ia trabalhar os conteúdos que devem ser administrados a esses alunos. Nessa pesquisa procurou-se trazer uma contribuição para enriquecer as discussões sobre o tema.

As observações do pesquisador em sala de aula, durante sua atuação com aluno surdo como professor, foram fundamentais para explicar a importância deste aluno na elaboração deste trabalho. Essas percepções acerca do comportamento do

aluno surdo através de seu modo de agir e reagir às explicações do conteúdo contribuiu para evidenciar a autonomia que este aluno possui, demonstrando competência para aprender e continuar uma vida acadêmica que muito lhe ajudará. Além disso, sua constante impaciência em estar presente e acompanhar a aula permite reforçar a afirmação de que é possível uma inclusão efetiva, embora haja questões que ainda precisam ser revistas. A incessante busca do aluno pela aprendizagem na escola e vontade de participar do andamento das aulas confirma este iminente caminho por qual este trabalho se aventurou, mesmo sem conseguir a entrevista com este aluno, pois o mesmo é egresso do curso. Acredita-se que esta pesquisa, que resultou, inclusive, em uma oficina de integração com profissionais da escola, possa contribuir para a inclusão de aluno surdos na Educação Profissional acreditando que estes alunos cada vez mais possam ter acesso aos cursos desta modalidade.

Entretanto, em relação às ações inclusivas, é necessário que seu quadro de professores se empenhe nas ações inclusivas tais como horas extras com remuneração dos professores e intérpretes no trabalho com o aluno surdo, o que implica em aprimoramento e discussão das políticas de inclusão vigentes. Os alunos surdos precisam de tempo extra dentro da escola para que o aprimoramento da educação aconteça. Desenvolver capacidades técnicas destes alunos os colocará futuramente no convívio social e possivelmente com uma renda para terem uma vida independente. Se o desenvolvimento dentro da escola não for satisfatório o convívio social e até mesmo profissional não o será. Atacar os pontos falhos dessa inserção se faz necessário para que o aluno surdo se expresse na sua melhor forma.

Esta pesquisa teve como limitação o tipo de amostragem que foi realizada conforme a conveniência do pesquisador, considerada não probabilística, o que dificulta a generalização. Portanto, as conclusões têm validade apenas para a amostra pesquisada, necessitando de mais pesquisas similares para aprofundar o assunto e realizar conclusões mais gerais.

Inclusion of the Deaf Student in Professional Education: the importance of the interaction between the interpreter of pounds and the other actors in the teaching process of the Technical Course of the State School Leopoldino Rocha in Itapemirim-ES

ABSTRACT

This work aims to demonstrate the importance of the interpreter of Brazilian Sign Language – Libras - in teaching and learning and inclusion process of deaf students, as well as the need to engage with teachers and school managers, so that this learning comes correctly to the deaf student. Data were collected through questionnaires with teachers, Libras interpreter and school coordination in technical course of Directors of EEEFM Leopoldino Rocha in the municipality of Itapemirim - ES. It was noted difficulty, in students, understanding the technical terms in the classroom. Therefore, the interpreter of Libras needs to participate in the planning of school teachers, as well as the body manager of the school should approach the necessary practices for the inclusion of this student. Teachers require specific training in Libras to dialogue better with the interpreter and together offer a more inclusive education.

KEYWORDS: Interpreter of Libras. Deaf student. Inclusion. EPT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFONSO, Carlos. **Reflexões sobre a surdez:** a problemática específica da Surdez. A Educação de Surdos. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_15.09.2015/CON1988.pdf>. Acesso em 12 de fev. 2016.

_____. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 09 de mar. 2016.

_____. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/2002/L10436.htm>>. Acesso em 12 de fev. 2016.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivi03/leis/L9.394.htm>>. Acesso em 05 de jan. 2016.

_____. **Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm >. Acesso em 18 de fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em 12 de fev. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESPOTE, Roberta; SERRALHA, Conceição Aparecida; COMIM, Fabio Scorsolini-. **Inclusão de surdos:** revisão integrativa da literatura científica. **Psico-USF**, v. 18, n. 1, jan/abr. 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000100009&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo demográfico nacional de 2015.** Brasília, 2015. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 10 de março de 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos:** o que dizem alunos, professores e intérprete sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.26, n.69, p.163-184, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669> > . Acesso em 31 de março de 2016.

MACHADO, Luciyenne Matos da Costa Vieira-. **Os surdos, os ouvintes e a escola.** Vitória: EDUFES, 2010.

MEDEIROS, Ilalzina Maria da Conceição; LOURENÇO, Eliana Maria da silva madeira; FARINI, luzimara de Souza Cordeiro; ALBANI, Miriam (Orgs). **Diálogos sobre a Educação Profissional e Tecnológica:** saberes, metodologia e práticas pedagógicas. Colatina: Ifes, 2011.

OLIVEIRA, Walquíria Dutra de; BENITE, Anna Maria Canavarro. **Aulas de ciências para surdos: estudos sobre a produção do discurso de intérpretes de LIBRAS**

e professores de ciências. Revista Ciências Educacionais, Bauru, v. 21, n. 2, p. 457-472, 2015.

SANTOS, Christmas da Silva R. Leão dos; COSTA, Priscila Rosa Bandeira da. **Formação para o trabalho:** o desafio da inclusão de surdos na Educação Profissional e Tecnológica. In: MEDEIROS, Ilalza Maria da Conceição; LOURENÇO, Eliana Maria da Silva Madeira; FARINI, Luzimara de Souza Cordeiro; ALBANI, Miriam. **Educação Profissional e Tecnológica: Práticas e Trajetórias de Pesquisa.** Colatina: Ifes, 2013. p. 241-264.

VARGAS, Jaqueline Santos; GOBARA, Shirley Takeco. **Interações entre o aluno com surdez, o professor e o intérprete em aulas de física:** uma perspectiva Vygotskiana. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 20, n. 3, p. 449-460, Jul.-Set., 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000300010>>. Acesso em: 24 set. 2015.